

O agronegócio é o seguinte

Números não fecham em orçamento e área

O SEMINÁRIO Perspectiva Para o Agribusiness 2009/10, promovido pela BM&F Bovespa neste mês, deixou evidente a expectativa quanto à disponibilidade de crédito para a agricultura. Como assunto recorrente, mostra a necessidade urgente de uma reforma radical no atual sistema de crédito rural vigente há mais de quarenta anos. As especulações e cobranças, seja da parte do governo como da iniciativa privada, variam de R\$ 90 bilhões a R\$ 160 bilhões.

Na temporada passada, diante de uma conjuntura mais aquecida, em termos de produção, mercado e preço, a pressão sobre a política agrícola oficial era menor. A relação de troca entre os preços das *commodities* agropecuárias com insumos estimulava o agricultor a comprar. A antecipação nas aquisições foi uma das mais fortes dos últimos tempos.

Neste ano, com o prejuízo ante a seca na safra de verão, que atingiu boa parte do Sul do País, o setor produtivo ficou mais alarmado. Somente no Paraná, a quebra superior a 5,0 milhões de toneladas de soja e milho significou uma perda monetária acima de R\$ 2,0 bilhões. Na safra de milho, que está em desenvolvimento no estado, haverá nova perda.

Além disso, algumas cadeias produtivas relacionadas, por exemplo, com as atividades sucroalcooleiras e de frigoríficos, vinham desenvolvendo programas de expansão em larga escala, tendo em vista os mercados brasileiro e internacional. Com o abrupto enxugamento dos recursos ocorrido no segundo semestre, eles foram pegos no contrapé. Os pedidos de recuperação judicial das empresas ligadas a esses ramos passaram ser frequentes.

O governo anunciou um providencial pacote de socorro para o campo e as agroindústrias. Resta aguardar quando estarão disponíveis para atender os demandantes na ponta. Existe a burocracia na definição das normas e no estabelecimento das análises de risco. Como assume o risco operacional e diante do quadro de incertezas, os agentes financeiros estão mais rigorosos e seletivos na concessão dos créditos.

Em fase final de elaboração do Plano Agrícola e Pecuário 2008/09, as frustrações recentes e o desdobramento da crise financeira precisam ser bem analisados. Apesar de ter surgido fora dele, esse movimento impactou o agronegócio nacional. O lado positivo está na redução do custo de fertilizantes e na persistência da demanda pelos produtos agropecuários no mercado mundial. O pacote de medidas deve levar em conta um balanço entre os cenários interno e externo, prejudicados, respectivamente, pela seca e a crise financeira internacional. A partir dessa avaliação, o desafio está em traçar as novas oportunidades abertas pela atual conjuntura.

A capacidade de aporte de recursos pelo governo é insuficiente para atender o orçamento de custeio da safra 2009/10, de R\$ 158 bilhões estimados pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). A disponibilidade de recursos esta estimada em:

- Próprios: R\$ 41,6 bilhões
- Terceiros: R\$ 10,4 bilhões

Para fechar a conta, o governo teria de alocar R\$ 106 bilhões, sem contar R\$ 15,2 bilhões para investimento e R\$ 3,5 bilhões para comercialização. Essa alternativa está praticamente fora de qualquer hipótese. Com a queda dos depósitos à vista, o dinheiro da exigibilidade para ser aplicado na agricultura ficou menor. É bem provável que o valor anunciado para a safra 2008/09 não seja alcançado.

No bojo dessa preocupação, emerge outra questão para atormentar a cabeça do setor produtivo: o cumprimento das leis ambientais. Nos últimos anos, sem uma discussão suficiente pelo Congresso Nacional, uma série de medidas provisórias e similares foi baixada. Para cumprir todas as exigências legais vigentes, a agricultura brasileira terá de encolher e comprometer o seu futuro potencial de desenvolvimento. Assim como no crédito rural e no orçamento de plantio, também no tamanho das áreas disponíveis e destinadas às reservas legais, preservação permanente, conservação, indígenas e quilombolas, dentre outras, as contas não fecham. Terão de ser incorporadas terras de países vizinhos. ■